

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.843.645 - RS (2019/0311620-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO OG FERNANDES**  
**RECORRENTE** : INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ  
**RECORRIDO** : MARCOS HENRIQUE DA SILVA DIAS  
**ADVOGADO** : GEDALTI PORTELA PEREIRA - RS103084

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial manejado por Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, com amparo na alínea "a", do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 222):

ADMINISTRATIVO. *HABEAS DATA*. ALUNO-APRENDIZ. CERTIDÃO EMITIDA PELO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO. DIAS DE LABOR E REMUNERAÇÃO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES. DIREITO À INFORMAÇÃO. OBRIGAÇÃO DO INSTITUTO.

Embargos de declaração acolhidos sem efeitos modificativos.

Em suas razões, preliminarmente, o insurgente sustenta afronta ao disposto no art. 1.022 do CPC/2015, ao argumento de omissão a respeito de determinados dispositivos tidos por violados.

Quanto à questão de fundo, sustenta que, "[...] se a circunstância do recebimento de equipamentos, ferramentas e serviço médico-odontológico caracteriza remuneração indireta e configura o exercício de atividade econômica como aluno-aprendiz, não é debate que possa ser travado no remédio constitucional do *habeas data*, o qual só visa ao fornecimento de informações ou dados constantes dos cadastros dos órgãos públicos" (e-STJ, fl. 283).

Sem contrarrazões.

É o relatório.

De início, não se conhece da suposta contrariedade ao art. 1.022 do CPC/2015, pois o recorrente se limitou a afirmar, de forma genérica, a ofensa ao referido normativo, sem demonstrar qual questão de direito não foi abordada no acórdão proferido em embargos de declaração e a sua efetiva relevância para fins de novo julgamento pela Corte de origem. Incide na hipótese a Súmula 284/STF.

No mais, constata-se a ausência de indicação específica de dispositivo de lei federal tido por violado, com o devido cotejo demonstrativo de sua violação, contando o recurso apenas com citação genérica de fundamentação reflexa (inclusive de dispositivos constitucionais), como se recurso de apelação fosse. Tal situação atrai a orientação fixada pela Súmula 284/STF.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do

# *Superior Tribunal de Justiça*

recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator